

Entrevista

Entrevista com o historiador Marcelo de Souza Magalhães

*Eliane Martins de Freitas**

*Roberto Radünz***

O Professor Marcelo de Souza Magalhães possui graduação (1995), mestrado (1999) e doutorado (2004) em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É professor no Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) desde 2010, atuando nos cursos de graduação, mestrado e doutorado. Desde 2014, atua como professor no Mestrado Profissional em Ensino de História da Unirio – ProfHistória. Coordenador adjunto de Mestrado Profissional da área de História na Capes. De 2000 a 2010, foi professor no Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tendo atuado nos cursos de graduação e mestrado em História. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, entre 2008 e 2010. Foi membro do Conselho Consultivo da Sub-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UERJ, de 2009 a 2010. Foi professor no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, de 2008 a 2009. É pesquisador nos seguintes

* Professora no Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade Federal de Goiás (UFG) / Regional Catalão. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa Gênero, Etnicidade e Diversidade – LaGED. Coordenadora do Laboratório de Ensino, Educação e Diversidade (LED).

** Professor no Programa de Pós-Graduação em História / Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor e pesquisador na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

grupos registrados no CNPq: Núcleo de Documentação, História e Memória, sediados no Departamento de História da Unirio; Oficinas de História, sediado no Departamento de Ciências Humanas da UERJ; Núcleo de Pesquisas em História Cultural, sediado no Departamento de História da UFF. Tem experiência na área de História, com ênfase em Ensino de História e História do Brasil-República, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de História, cidadania, Primeira República, História da cidade do Rio de Janeiro, participação política, campo político local, Poder Legislativo municipal.

Freitas e Radünz: A modalidade de Mestrado Profissional é recente e tem se expandido em várias áreas. Quais são as especificidades dessa modalidade quando comparadas às acadêmicas?

Magalhães: Das 49 áreas de avaliação da Capes, 47 possuem Mestrados Profissionais, totalizando 771 cursos. Administração, Odontologia e Engenharia, por exemplo, são áreas com tradição na modalidade. Nas humanidades, os primeiros cursos de Mestrado Profissional foram criados há pouco tempo. Os programas acadêmicos visam formar quadros para o desenvolvimento da ciência, que, no Brasil, é produzida, principalmente, nas universidades e nos institutos de pesquisa. Os programas profissionais possuem como foco a formação continuada de pessoas, que atuam em diversos setores públicos e privados. A relação mais estreita com o mundo do trabalho é uma característica desses programas. O trabalho final do curso é um outro diferencial em relação ao do acadêmico. No caso dos profissionais, é possível apresentar um trabalho final com caráter maior de aplicabilidade, de intervenção em determinado setor profissional.

Freitas e Radünz: Gostaríamos que o senhor fizesse um histórico do avanço dos Mestrados Profissionais na área da História.

Magalhães: Os mestrados profissionais são recentes na área de História. O mestrado em História, Política e Bens Culturais, da Fundação Getúlio Vargas, que iniciou suas atividades em 2003, é o nosso primeiro na modalidade profissional. Ficou solitário na área por uma década. Atualmente, temos nove mestrados profissionais, todos criados a partir

de 2012. A maioria dos cursos existentes na área dedica-se a enfrentar problemas no campo do ensino de História. Dois desses cursos possuem foco bastante específico, um dedicado ao estudo da História da África e dos afrodescendentes (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) e outro ao estudo da História Ibérica (Universidade Federal de Alfenas, MG). Os demais cursos possuem interesses de pesquisa diversificados, dentro do ensino de História (Universidade Estadual do Maranhão, Universidade de Caxias do Sul, RS; Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão e Universidade Federal do Rio Grande, RS). Junto com esses cursos, temos o Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede – ProfHistória, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, 27 Instituições de Ensino Superior, espalhadas por todas as regiões do Brasil, participam da rede do ProfHistória. Tal curso foi induzido pela Capes, assim como os demais mestrados profissionais em rede existentes – ProfMat, ProfLetras, Prof-Física, ProfArtes, por exemplo. Fora da preocupação com o ensino de História, ao lado do mestrado profissional da FGV, voltado para o patrimônio e bens culturais, temos o da Universidade Federal de Viçosa, intitulado Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Na área, em parte pelo fato da modalidade de mestrado profissional ser nova na avaliação feita pela Capes, temos um curso nota 5 (FGV) e um nota 4 (ProfHistória), sendo os demais classificados com a nota 3, inicial para o funcionamento. Tais cursos estão em processo de consolidação, experimentando uma novidade na área de História, que consiste em diferenciar uma formação voltada para o profissional ao invés do acadêmico. Certamente, uma das grandes discussões que envolveram os professores desses cursos, nos últimos quatro anos, foi a forma diferenciada de se apresentar um trabalho final, no mestrado profissional. Para além do formato da dissertação, que também pode ser apresentada nos cursos profissionais, os nove mestrados experimentaram a produção de outros tipos de trabalho final, como materiais didáticos diversos. Certamente, o futuro da modalidade na área de História passa pela consolidação desses mestrados e a criação de novos, que experimentem focos diversificados, para além do ensino de História e do patrimônio.

Freitas e Radünz: Poderia descrever o mestrado em rede, na área de História (ProfHist)? A Capes continua sinalizando com financiamentos nessa modalidade?

Magalhães: O Mestrado Profissional em Ensino de História em rede – ProfHistória, criado em 2013, possui como instituição-âncora a Universidade Federal do Rio de Janeiro e tem, atualmente, 26 instituições associadas (federais, estaduais e uma privada) – UFT, UFRN, Unirio, UFRRJ, PUC-Rio, Udesc, UFSC, UFRGS, UFSM, UFF, Uerj, Uemt, UFPE, Uneb, UFPA, FUFSE, Unespar, Unicamp, Urca, UEPG, Unifesp, UFMT, UEMS, UEM, UFPR e Unifap. O Mestrado em Rede foi induzido pela Capes, e outras áreas também responderam ao chamado da agência de fomento, dentre elas: Física, Artes, Letras, Matemática e Biologia. A experiência dos mestrados profissionais em rede é muito nova e passará por uma primeira avaliação em conjunto, agora, no momento da avaliação quadrienal feita pela Capes. Até o momento, o ProfHistória realizou dois processos seletivos. Uma turma iniciou suas atividades em agosto de 2014 e já concluiu, outra turma iniciou em agosto de 2016 e a terceira está programada para março de 2018. Na primeira turma, todos os alunos que trabalhavam como professores em redes públicas de ensino receberam uma bolsa de mestrado da Capes. Para a segunda turma, o número de bolsas permaneceu similar ao da primeira. Logo, devido à ampliação de instituições associadas e, por consequência, de vagas, as bolsas passaram a não contemplar todos os alunos. Além das bolsas, a Capes financia os Mestrados em Rede com verba para passagens, diárias e custeio. Para além da experiência inovadora, que é construir um Mestrado em Rede, mobilizando tantas instituições, professores e alunos diferentes, a novidade em relação aos demais mestrados profissionais é o financiamento. Quanto aos outros cursos de mestrado profissional, não há perspectiva de financiamento por parte da Capes. A ideia é que busquem financiamentos diversos, como, por exemplo, em órgãos públicos, empresas públicas e privadas, esferas de governo.

Freitas e Radünz: Como o senhor avalia a implementação de novos programas em História, considerando o ProfHist?

Magalhães: Há espaço para o crescimento da modalidade profissional na área de História e o ProfHistória não é uma ameaça aos programas

existentes e aos que venham a ser criados. Talvez, no caso de propostas de criação de mestrados profissionais, com foco no ensino de História, seja preciso justificar bem o porquê de se constituir um curso fora da rede. Tal observação vale para propostas com foco amplo. No entanto, não tenho dúvidas de que ainda há espaço para a criação de mestrados em ensino de História com foco específico, como os da UFRB e Unifal. Fora do ensino, muitos outros campos podem ser explorados na formulação de um curso de mestrado profissional, que envolvam facetas do trabalho do profissional de História - arquivos, museus, assessoria em televisão e cinema, produção cultural, turismo, etc.

Freitas e Radünz: Estamos na avaliação da quadrienal e os mestrados profissionais também serão alvo desse processo. Quais são as particularidades dessa avaliação?

Magalhães: Na avaliação trienal ocorrida em 2013, apenas dois cursos de mestrado profissional foram avaliados na área de História, os da FGV e Furg, sendo que o último era recém-criado. Agora, na avaliação quadrienal, saímos de dois para nove programas, incluindo o ProffHistória. No caso da área de História, os mestrados profissionais serão avaliados em semanas diferentes daquelas dos cursos acadêmicos. Na primeira semana de agosto, ocorrerá a avaliação de oito cursos de mestrado profissional, por uma comissão específica de historiadores. Também em agosto, na semana seguinte, é a vez da avaliação do ProffHistória, junto com os demais mestrados profissionais em rede, que serão avaliados por uma comissão interdisciplinar. Além das datas e comissões diferenciadas, teremos a oportunidade de olhar com mais profundidade os dados informados pelos coordenadores dos cursos na Sucupira e, certamente, a comissão será mais sensível às particularidades da modalidade. Já utilizei diversas vezes, na entrevista, menções ao fato de ser uma novidade a modalidade profissional em História. Nos últimos quatro anos, nos seminários dos quais participei, quando os coordenadores dos cursos estavam reunidos, os desafios enfrentados por grande parte, na implantação dos cursos, faziam com que a sensação de algo novo surgindo na área de História fosse cada vez mais compartilhado por todos nós. Do mesmo modo, posso dizer que essa é a primeira experiência de avaliação ampliada, em que os membros da comissão aprenderão formas específicas para acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos cursos profissionais. No Documento de Área – História,

de 2016, apto para a avaliação quadrienal, está divulgada a ficha de avaliação para o mestrado profissional e a ficha para o mestrado profissional em rede. A avaliação dos mestrados em rede possui uma ficha de avaliação muito diferenciada. Já a dos demais mestrados profissionais, a ficha possui os mesmos quesitos da ficha dos programas acadêmicos, que são: 1) proposta do programa, 2) corpo docente, 3) corpo discente e trabalhos de conclusão, 4) produção intelectual e 5) inserção social. A diferença entre as fichas ocorre nos pesos dos quesitos na composição da nota final e nos pesos dos itens no interior de cada quesito. Além disso, no caso dos mestrados profissionais, a ficha de avaliação privilegia a relação do curso com esferas para além do mundo acadêmico, como as relações com órgãos governamentais, a educação básica, o mundo do trabalho.

Freitas e Radünz: O mestrado profissional permite como trabalho de conclusão do curso a produção em diferentes formatos para além da dissertação. A coordenação de área já tem um mapa da pluralidade dessas produções?

Magalhães: O grande desafio dos programas profissionais na área de História é produzir trabalhos finais com formatos diferenciados, que não reproduzam a dissertação acadêmica. Por se tratar de uma modalidade nova na área, poucas defesas ocorreram até o momento. Nos encontros nacionais realizados pelos Mestrados Profissionais em História, a troca de experiência entre os coordenadores, sobre como produzir um trabalho diferenciado, é constante, o que acho muito enriquecedor. No momento, ainda não há um mapa da pluralidade desses trabalhos finais.

Freitas e Radünz: Dos nove Mestrados Profissionais em História, seis estão voltados para o ensino de História e, conseqüentemente, para a formação continuada de docentes que se encontram em efetivo exercício da profissão. Como o senhor avalia as possibilidades de continuidade e expansão de MPs nesta área, diante da reforma do Ensino Médio, que retira a obrigatoriedade do ensino de História?

Magalhães: Temos que aguardar para saber o que acontecerá de fato com a disciplina escolar História, no Ensino Médio.

Freitas e Radünz: O principal entrave hoje para o bom funcionamento dos MPs na área de História é a questão do financiamento, tanto o Proap quanto bolsas para discentes. O senhor vislumbra alguma solução para esta questão? Quais medidas têm sido tomadas neste sentido?

Magalhães: No momento, não vejo perspectiva de mudança por parte da Capes, com relação ao financiamento dos programas profissionais. Os programas não recebem bolsa e verba de custeio da agência. Mantem-se o princípio de que os programas precisam encontrar caminhos para se financiar. Os mestrados profissionais em rede, política pública induzida pela Capes, são os únicos financiados com bolsas e custeio. No caso da área, o Mestrado Profissional em História em Rede (ProfHistória) recebe financiamento. Algumas fundações de apoio à pesquisa dos estados financiam programas profissionais, como a do Maranhão, por exemplo.

Freitas e Radünz: A criação dos MPs na área de História deu-se dentro de uma política específica da Capes, que visava a ampliar e consolidar a parceria público/privado. Essa política norteará também a criação de Doutorados Profissionais?

Magalhães: Sim, a perspectiva é a mesma.

Freitas e Radünz: Existe no meio acadêmico, não só na área da História, um grande preconceito com os MPs. Em sua avaliação, isso pode de alguma forma interferir na criação de Doutorados Profissionais em História?

Magalhães: Na área de História, quando o mestrado profissional, na Fundação Getúlio Vargas foi criado, em 2003, não tenho dúvidas de que havia muitas restrições a esse tipo de pós-graduação *stricto sensu*. As humanidades foram resistentes aos mestrados profissionais. Passados os anos, no caso de nossa área, considero que avançamos muito e a comunidade de historiadores reduziu bastante suas restrições quanto a essa modalidade. Quanto aos doutorados profissionais, é inevitável. Precisamos discutir na área de História o seu sentido. Teremos que ser capazes de diferenciar um doutorado acadêmico de um profissional.